



ORDEM E PROGRESSO

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**

Brasil

4

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2020

ORDEM E PROGRESSO

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**

Brasil 4

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M644 Militância política e teórico-científica da educação no Brasil
4 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Airã
de Lima Bomfim. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-499-3

DOI 10.22533/at.ed.993202610

1. Educação. 2. Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes
da (Organizador). II. Bomfim, Airã de Lima (Organizador). III.
Título.

CDD 370.981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do Novo Coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

O contexto pandêmico tem alimentado uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia tem escancarado o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste Volume 04 de ***“Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil”***, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente.

Este livro, ***Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil***, reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados brasileiros e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse Volume 04 são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DESENVOLVIMENTO DA INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS A PARTIR DA LEITURA DE GIBIS	
Luandra Celita Ferreira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.9932026101	
CAPÍTULO 2	7
RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO PIBID NA ESCOLA ESTADUAL CELSO FERREIRA DA CUNHA	
Erica Bruna Chrisosthemos Teixeira	
Juliane Amorim de Souza	
Antonio Ferreira Neto	
DOI 10.22533/at.ed.9932026102	
CAPÍTULO 3	16
O BRINCAR SEGUNDO A PEDAGOGIA WALDORF: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO CRIANÇAS DE LUZ, EM CANOA QUEBRADA/CE	
Helen Flávia de Lima	
Patrícia Marques da Silva	
Flaviane dos Santos Rocha	
Erisvânia Silva dos Anjos	
Assunção Oliveira de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.9932026103	
CAPÍTULO 4	33
SEQUÊNCIAS DE ENSINO INVESTIGATIVO: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR E LÚDICA COM ALUNOS DO 1º ANO INICIAL DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA A PROMOÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA	
Lindéia Alves Saraiva Pavioti	
DOI 10.22533/at.ed.9932026104	
CAPÍTULO 5	45
ENSINO HÍBRIDO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM MANAUS-AMAZONAS	
Andrea Sebastiana do Rosário Cavalcante Machado	
Joelma Monteiro de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.9932026105	
CAPÍTULO 6	55
A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NO ESTADO DE MATO GROSSO FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE ESPANHOL	
Cristiane Montes de Novais	
Edson Gomes Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.9932026106	

CAPÍTULO 7	65
“ESCREVE AÍ” - REFLEXÕES SOBRE A LINGUAGEM COMO EIXO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA PRÉ-ESCOLA A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	
Déborah Carneiro Saboya	
DOI 10.22533/at.ed.9932026107	
CAPÍTULO 8	76
AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS: UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES VEICULADAS NA REVISTA <i>NOVA ESCOLA</i> (1996 – 2006)	
Júlia Zago Brito	
DOI 10.22533/at.ed.9932026108	
CAPÍTULO 9	88
<i>COACHING</i> REVERSO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROEJA	
Roberto Valmorbida de Aguiar	
Ivete Scariot	
Roger Nunes Fagan	
Morgana Karin Pierozan	
DOI 10.22533/at.ed.9932026109	
CAPÍTULO 10	98
MERCADO DE INFORMÁTICA DE MANACAPURU/AM – UM BREVE HISTÓRICO	
Benjamim José Pereira Moraes Dias	
Fábio Teixeira Lima	
Gernei Góes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.99320261010	
CAPÍTULO 11	110
PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO PIBID À CARREIRA DOCENTE	
Flávia Nobre Pereira	
Vanessa Schwanz	
Antônio Ferreira Neto	
DOI 10.22533/at.ed.99320261011	
CAPÍTULO 12	118
EDUCAÇÃO PÚBLICA – DO ENSINO MÉDIO AO ENSINO SUPERIOR: APRESENTANDO A UNIOESTE AO COLÉGIO HORÁCIO RIBEIRO DOS REIS	
Cristiane de Oliveira	
Gabriela Schilienwe	
Kamila Borges	
Nicole Inaê de Oliveira	
Liliam Faria Porto Borges	
DOI 10.22533/at.ed.99320261012	

CAPÍTULO 13.....	132
INFÂNCIA LÚDICA E TECNOLÓGICA: OU AS NOVAS EXPERIÊNCIAS DA CRIANÇA	
Luiz Antonio Feliciano	
Maria Cristina Marcelino Bento	
Ana Livia Espíndola Ferreira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.99320261013	
CAPÍTULO 14.....	144
EM BUSCA DA IDENTIDADE FAMILIAR	
Bruna Natália Picolli	
Andreia Eduarda Molosse	
Gisele Brandelero Bergamin	
Karina Maria Kuczmariski	
DOI 10.22533/at.ed.99320261014	
CAPÍTULO 15.....	150
USO DO SOFTWARE <i>SCRATCH</i> COMO APOIO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA	
Flaviana Lopes Cruz	
Francieslen Barbosa Viana	
Lucas Philipe Correa Tavares	
Sandro da Cruz Maruxo	
Genarde Macedo Trindade	
DOI 10.22533/at.ed.99320261015	
CAPÍTULO 16.....	159
A GESTÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS EM TEMPOS DE CIBERCULTURA	
Josiane Carolina Soares Ramos Procasko	
Lucia Maria Martins Giraffa	
DOI 10.22533/at.ed.99320261016	
CAPÍTULO 17.....	167
PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DESCRITOS NOS CADERNOS DO ACERVO MARIA FRANCA PIRES	
Maria Sandra Batista da Silva	
Erisvânia de Souza Costa	
Ronilde de Souza e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.99320261017	
CAPÍTULO 18.....	177
TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO APLICADA AO ENSINO SUPERIOR: PERCEPÇÕES EM UMA IES EM BELÉM DO PARÁ	
Andréa Cristina Marques de Araújo	
Luis Borges Gouveia	
DOI 10.22533/at.ed.99320261018	

CAPÍTULO 19.....	199
OS JOGOS PEDAGÓGICOS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Alessandra Degaspari	
Andréia Osti	
DOI 10.22533/at.ed.99320261019	
CAPÍTULO 20.....	210
EDUCAÇÃO POPULAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ATUANDO COMO EDUCADOR EM UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO E DE AUTOGESTÃO	
Rebeca Mello Chaves	
Gabriel Penna Kramer Lima	
DOI 10.22533/at.ed.99320261020	
SOBRE OS ORGANIZADORES	217
ÍNDICE REMISSIVO.....	218

CAPÍTULO 6

A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NO ESTADO DE MATO GROSSO FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE ESPANHOL

Data de aceite: 01/10/2020

Cristiane Montes de Novais

E.E. Francisco Alexandre Ferreira Mendes

Edson Gomes Evangelista

Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT

RESUMO: O referente artigo tem como objetivo reforçar a importância da língua como um instrumento importante para colaborar no processo de inclusão daqueles excluídos do mundo do trabalho, da informação, do conhecimento e da tecnologia. A Lei Ordinária 13.415/2017 alterou o art. 35, da Lei Federal 9394/1996, estabelecendo que: “§ 4.º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino”. Diante da ausência do ensino da língua espanhola na BNCC, se faz necessário repensar uma nova política estadual que contemple sua necessidade, uma vez que caberá aos estados ofertar ou não o espanhol como língua obrigatória/optativa. É um momento reflexivo, no qual o foco principal é o aluno, onde os mesmos precisam ter voz e decisão dentro de sua comunidade escolar. É uma disciplina que remete de modo direto às necessidades da prática social local e nacional a curto, médio e longos prazos. Um exercício teórico-prático que, na contemporaneidade, perde legitimidade se não for ligado à realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de espanhol, formação continuada, BNCC.

RESUMEN: Este artículo apunta a reforzar la importancia del lenguaje como un instrumento importante para colaborar en el proceso de inclusión de los excluidos del mundo del trabajo, la información, el conocimiento y la tecnología. Ley ordinaria 13.415 / 2017 enmendada art. 35 de la Ley Federal 9394/1996, que establece que: “El párrafo 4. El plan de estudios de la escuela secundaria debe incluir el estudio del inglés y puede ofrecer otros idiomas extranjeros, preferiblemente el español, de acuerdo con la disponibilidad de lugares, lugares y horarios definidos por los sistemas educativos”. Dada la ausencia de enseñanza de español en el BNCC, es necesario repensar una nueva política estatal que aborde su necesidad, ya que dependerá de los estados ofrecer el español como idioma obligatorio / opcional. Es un momento de reflexión, en que el enfoque principal es el estudiante, donde deben tener voz y decisión dentro de su comunidad escolar. Es una disciplina que aborda directamente las necesidades de la práctica social local y nacional a corto, mediano y largo plazo. Un ejercicio teórico-práctico que, en los tiempos contemporáneos, pierde legitimidad si no está vinculado a la realidad.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza de español, formación continuada, BNCC.

1 | INTRODUÇÃO

Em 16 de fevereiro de 2017, com a publicação da Lei 13.415 foi revogada a Lei

do Espanhol, extinguindo a obrigatoriedade da oferta de ensino dessa língua e tornando-a disciplina optativa nos currículos de ensino médio. É necessário salientar que no Brasil, existe uma ideia equivocada de que, devido à semelhança com o português, o espanhol não demanda estudo sistemático. Essa concepção equivocada de que similaridade equivale à facilidade de comunicação, motiva ações que priorizam a exclusividade do ensino de inglês.

A Lei Ordinária 13.415/2017 alterou o art. 35, da Lei Federal 9394/1996, estabelecendo que:

“§ 4.º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino”.

A revogação da Lei do Espanhol é um exemplo disso e como consequência a língua espanhola está sendo gradativamente excluída dos currículos. Entretanto, esta exclusão trará grandes prejuízos a Mato Grosso e ao país de modo geral, bem como aos estudantes e aos professores do idioma.

A importância da formação em língua estrangeira é explicitamente reconhecida na legislação federal, haja vista a inclusão desse parágrafo específico relacionado ao tema, no qual menciona-se a oferta de inglês e espanhol. A opção pela obrigatoriedade de oferta da língua inglesa se justifica pela inegável relevância do conhecimento desse idioma em nível de comunicação mundial. Por outro lado, a oferta de espanhol se justifica por diversas razões de ordem histórica, sociocultural, política e econômica, que serão expostas ao longo deste documento.

No que se refere ao impacto da exclusão do espanhol para os professores desse idioma, destaca-se a incerteza sobre a sua carreira profissional e sua área de atuação, uma vez que a sua formação inicial e disciplina de concurso não está sendo considerada.

Na LOPEB Lei complementar Nº 50, de 1º outubro de 1998, **Capítulo VI** dos Direitos e dos Deveres Especiais dos Profissionais da Educação Básica **Seção I** dos Direitos Especiais, **Art. 75, V** afirma que são direitos dos Profissionais da Educação Básica “não sofrer qualquer tipo de discriminação moral ou material decorrente de sua opção profissional, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas na Constituição Federal, Artigo 5º, incisos V e XII.

21 USO DA LÍNGUA ESPANHOLA NO ASPECTO TURÍSTICO, ECONÔMICO E CULTURAL

O Brasil faz fronteira com 7 países hispano-falantes. Esse contexto geográfico, contribuiu, em certa medida, para que os países sul-americanos

compartilhassem traços identitários e elementos culturais, uma vez que o território, originalmente habitado por povos indígenas, foi colonizado por europeus e, posteriormente, povoado, por escravos africanos. No momento da colonização europeia, no Brasil foram os portugueses que dominaram o território, mas nos demais países o domínio foi espanhol. Assim, o Brasil é o único país da América do Sul que não tem o espanhol como língua oficial.

É igualmente importante considerar a história do povo mato-grossense que sempre esteve ligada à língua e à cultura espanhola. Grande parte do nosso território foi ocupado inicialmente por espanhóis, constituindo-se em área de disputa entre Portugal e Espanha.

Vale ressaltar também os laços culturais, a história que revigorada pelos atrativos turísticos, os Monumentos históricos em Cáceres, as grandes fazendas que ignoraram o tratado de Tordesilhas, a proximidade com Bolívia e Paraguai, o ecossistema pantaneiro partilhado com nossos vizinhos e a grande contribuição na formação de nossos jovens, frequentadores assíduos das Universidades de países de língua espanhola.

Sob essa perspectiva, o espanhol pode contribuir para a inserção internacional de Mato Grosso no âmbito econômico. O Estado tem posição geográfica estratégica. Mato Grosso está a menos de 700 km da Bolívia e 500 km de Brasília, local de muitas embaixadas de países falantes de espanhol, fato que permite tanto interações socioculturais quanto relações comerciais com hispano-falantes.

O conhecimento de espanhol é importante também para o turismo. De acordo com o Anuário Estatístico de Turismo - 2018, Ano base 2017 (p. 302), entre os anos de 2013 a 2017, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Espanha estavam entre os 10 principais países de origem de turistas que estiveram no Brasil. E Colômbia, Bolívia, Peru, México e Venezuela estavam entre os 20 principais países de origem de turistas. Isso demonstra a importância de países hispano-falantes do turismo brasileiro.

Em Mato Grosso existe um grande potencial turístico, como o nosso Pantanal Matogrossense, a cidade da Chapada dos Guimarães, o mergulho em Nobres, as grandes cachoeiras; como da cachoeira da Fumaça, da Salgadeira, Vêu das noivas, visita ao parque do Xingu dentre outros aspectos.

No estudo encomendado pelo Ministério do Turismo foi observado que o maior número de turistas que visitaram Mato Grosso, entre 2012 e 2016, 8,2% foram os argentinos com Porém, quando os turistas são agrupados por continentes, constata-se que os europeus são maioria, oriundos de países como: Espanha, França, Alemanha, Reino Unido, Itália e Portugal que juntos somam mais de 37% do perfil da demanda turística internacional.

Para o turismo de eventos e negócios da região metropolitana – Cuiabá e

Várzea Grande -, também é contemplada no novo mapa turístico de Mato Grosso que apresenta ainda roteiros regionais integrados que permitem conhecer de uma só vez o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia. Lançado em novembro, o roteiro turístico Missões Jesuíticas, ligando Brasil e Bolívia, reforça o projeto de integração proposto pelo Governo do Estado entre os dois países. Mais de R\$ 30 milhões estão sendo investidos pela iniciativa privada

No âmbito econômico Mato Grosso exporta para vários países hispânicos também como: Espanha: US\$ 433.268.643 (5,01%), México: US\$ 103.200.217 (1,19%), Cuba: US\$ 56.014.258 (0,65%) Chile: US\$ 46.876.180 (0,54%), Paraguai: US\$ 15.698.400 (2,79%), Bolívia: US\$ 13.303.018 (2,37%), Argentina: US\$ 5.535.048 (0,

A aproximação geográfica e histórico-social não abrangia da mesma forma o âmbito econômico, sendo necessário maior estreitamento de laços comerciais com países da América do Sul. Em 1991, foi assinado o Tratado de Assunção e fundado o Mercado Comum do Sul (Mercosul), do qual são membros plenos: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O Mercosul visa a fortalecer o continente e facilitar as negociações comerciais multilaterais em âmbito mais global.

No que se refere ao impacto no desenvolvimento do país e, em particular, do estado de Mato Grosso, é preciso ressaltar que o espanhol:

- é a língua oficial de 22 países,
- é falado nos 5 continentes
- é a segunda língua mais falada no mundo, em número de pessoas, depois do mandarim (chinês).
- é a segunda língua mais usada na comunicação mundial, depois do inglês.
- é a segunda língua mais aprendida por falantes nativos de inglês.
- é língua oficial na Organização das Nações Unidas, no Mercosul, na Unasul e na União Europeia. - é a segunda língua mais falada nos Estados Unidos.

3 I O ENSINO DA LÍNGUA ESPANHOLA EM ÂMBITO ESTADUAL

A integração econômica pretendida também dependia da plena comunicação entre os países membros e a diferença da língua precisava ser minimizada, por isso, acordos e convênios foram assinados. No Brasil, foi publicada a Lei 11.161/2005, conhecida como a Lei do Espanhol, a qual obrigava a oferta desse idioma nas escolas brasileiras. Essa lei promoveu a atualização dos currículos escolares e a criação, em todo o país, de cursos de Letras com Licenciatura em língua espanhola, os quais formaram milhares de profissionais.

Contraditoriamente, em 16 de fevereiro de 2017, com a publicação da Lei 13.415 foi revogada a Lei do Espanhol, extinguindo a obrigatoriedade da oferta de

ensino dessa língua e tornando-a disciplina optativa nos currículos de ensino médio. É necessário salientar que no Brasil, existe uma ideia equivocada de que, devido à semelhança com o português, o espanhol não demanda estudo sistemático. Essa concepção equivocada de que similaridade equivale à facilidade de comunicação, motiva ações que priorizam a exclusividade do ensino de inglês.

A revogação da Lei do Espanhol é um exemplo disso e como consequência a língua espanhola está sendo gradativamente excluída dos currículos. Entretanto, esta exclusão trará grandes prejuízos a Mato Grosso e ao país de modo geral, bem como aos estudantes e aos professores do idioma.

No que se refere ao impacto da não oferta de espanhol na formação dos estudantes, cabe destacar que, conforme os microdados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM/INEP/MEC), usado pelas universidades federais como forma de acesso ao ensino superior, em 2016, cerca de 60% dos candidatos que optaram por fazer a prova de Espanhol como língua estrangeira, apresentaram uma média de acertos de 34%, ao passo que os candidatos que optaram pelo inglês, alcançaram 45% de acertos.

Esses resultados demonstram que a proximidade entre as línguas não é suficiente para garantir um bom desempenho dos estudantes, mas a proximidade aliada à oferta de ensino sistemático pode mudar esse quadro, pois deixaria os alunos mais bem preparados para o ENEM. Em outras palavras, e em conformidade com os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) do Ensino Médio, ratifica-se que aprender espanhol pode ampliar as possibilidades de sucesso acadêmico e profissional ao estudante.

Além dessa perspectiva essencialmente pragmática, a aprendizagem sistemática de espanhol têm uma importante função social e humanista, por ampliar as formas de engajamento social dos estudantes, contribuindo para o seu desenvolvimento cultural e identitário, bem como fortalecendo sua formação crítica, cidadã e reflexiva. Por outro lado, o espanhol é também parte da pluralidade linguística e cultural do Brasil, devido às fronteiras compartilhadas e ao grande número de imigrantes e descendentes de imigrantes hispano-falantes, ressaltando-se que há muitos brasileiros que falam espanhol, inclusive como língua materna (ORTIZ-PREUSS; ÁLVARES, 2014).

O Brasil é um país multilíngue e implantar políticas de fomento ao aprendizado de línguas é crucial para alinhar o plano educacional brasileiro ao sistema educacional europeu. A União Europeia, em sua política de multilíngüismo, que visa a proteger a rica diversidade linguística da Europa e fomentar a aprendizagem de línguas, tem como meta que todos os europeus falam dois idiomas, além da sua língua materna. Para isso, recomenda que desde pequenas as crianças entrem em contato com outras línguas, porque isso contribui para o rápido aprendizado das línguas e amplia

a sua competência na língua materna.

O desconhecimento do espanhol pode dificultar a participação de estudantes em intercâmbios no exterior, haja vista o grande número de países que têm o espanhol como língua oficial (22) e os vários países em que esse idioma é amplamente usado como segunda língua.

Atualmente, há excelentes possibilidades de bolsas para intercâmbio a países hispano-falantes como, por exemplo: *Fundación Carolina*, *Erasmus +* (da União Europeia para latinoamericanos), Escala discente, da Associação de Universidades do Grupo Montevideo (AUGM), Programa BRACOL, entre a Associação Colombiana de Universidades (ASCUN) e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (Bolsas Brasil - PAEC OEA-GCUB - um cooperação entre Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), com apoio da Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (DCE/MRE), entre outras. Essas bolsas abrangem apoio financeiro para realizar tanto cursos de curta duração quanto a formação completa de graduação e pós-graduação.

4 I TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE ESPANHOL DE MATO GROSSO

No que se refere ao impacto da exclusão do espanhol para os professores desse idioma, destaca-se a incerteza sobre a sua carreira profissional e sua área de atuação, uma vez que a sua formação inicial e disciplina de concurso não está sendo considerada.

Na LOPEB Lei complementar N° 50, de 1º outubro de 1998, **Capítulo VI** dos Direitos e dos Deveres Especiais dos Profissionais da Educação Básica **Seção I** dos Direitos Especiais, **Art. 75, V** afirma que são direitos dos Profissionais da Educação Básica “não sofrer qualquer tipo de discriminação moral ou material decorrente de sua opção profissional, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas na Constituição Federal, Artigo 5º, incisos V e XII.

A Língua Espanhola foi implantada no Estado de Mato Grosso em 1996 em 08 escolas e de lá para cá o número de escolas que ofertam espanhol cresceu significativamente. No Informe MEC/SEB de 2005 apareciam 59; em 2006 havia 89 e hoje são 312 (2013), só na rede estadual.

A Secretaria de Estado de Educação vem apoiando a fortalecimento do ensino da língua espanhola desde de 2005 através da aplicação da Lei 11.161/05/ MEC/CNE que tornou obrigatória a oferta da Língua Espanhola em Mato Grosso de forma graduada orientando as escolas para implantação da mesma.

De 2005 a 2015 a Seduc firmou convênio com a *Consejería de Educación* da Embaixada da Espanha para trabalhar com cursos de formação continuada para professores de espanhol.

Já em 2006, a SEDUC implementou o Plano de melhoria da ampliação da oferta do ensino da Língua Espanhola; Implantou o ensino da Língua Espanhola na região da fronteira e fronteira;

Ofertou o curso de atualização (Apostilamento) para professores não habilitados em língua espanhola;

Normatizou a Lei 11.161/05 pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso; Resolução 349/06 CEE-MT, regulamento a oferta da Língua Espanhola no Estado de Mato Grosso.

Em 2007 apoiou XII Congresso Nacional de Formação de Professores de Língua Espanhola. (AMPLE) Associação Mato - grossense de Professores de Língua Espanhola.

Em 2008, criou o Parecer Orientativo 618/08, que fala sobre a consulta sobre o direito do discente que optou pela língua Estrangeira Moderna.

Em 2014 facilitou o intercâmbio cultural para os professores de espanhol irem à Bolívia conhecer as Missões Jesuíticas.

Em 2014 fez parceria com a Universidade Nacional de Villa María na Argentina. As professores da Argentina vieram à Cuiabá para dar um curso de formação continuada para os professores de espanhol.

Em 2015 distribuição dos livros didáticos de espanhol do Ensino Médio e Fundamental às Escolas necessitadas dos municípios do Mato Grosso com apoio do DMP Departamento de Distribuição do Livro Didático/Seduc-MT.

Nos anos 1999, 2001, 2006 e 2009/2010 e 2017 o governo do Estado realizou concurso público para professores de espanhol, porém o número de vagas ofertadas não atingiu nem 10% da demanda necessária. Nos últimos concursos de 2010 e 2017 foram ofertadas mais de 70 vagas para todo estado de Mato Grosso.

Muitos municípios com professores habilitados em espanhol ficaram sem vagas para o concurso, tendo o profissional que trabalhar como contratado ou colocar a língua espanhola como disciplina optativa.

Em 2015 o número de professores da Educação Básica habilitados em Língua Espanhola com atribuição ativa no Estado de Mato Grosso passam de 687. Servidores efetivos: 159 (23%). Servidores contratados 528 (76%).

Em 2015 havia 16.9900 alunos no ensino fundamental e 98.600 alunos no ensino médio na rede estadual de Mato Grosso. Conforme dados da SEDUC.

Em 2018 a SEDUC inserir a oferta do ensino de espanhol como língua optativa na BNCC do Ensino Fundamental entre outros.

Apesar da língua espanhola estar consolidada em Mato Grosso, não

podemos desconsiderar que a não obrigatoriedade do ensino desta língua em “nível Nacional” está fazendo com que as escolas deixem de ofertar o ensino da mesma e que gradativamente essa começará a desaparecer das escolas e dos currículos em âmbito estadual e Nacional.

Temos como exemplo desta consolidação, os estados listados abaixo que conseguiram sustentar a obrigatoriedade do ensino de espanhol nos seus estados.

Ceará. Estão tramitando propostas de manutenção da oferta de espanhol nas escolas, na Assembleia Legislativa do Estado e no Conselho Estadual de Educação.

Paraíba. Assembleia Legislativa aprovou a Lei 11.191/2018 que regulamenta o ensino do espanhol nas escolas.

Rio de Janeiro. Existe legislação estadual que estabelece o ensino de espanhol nas escolas: O artigo 317 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (1989): “§ 3º - A língua espanhola passa a constar do núcleo obrigatório de disciplinas de todas as séries do 2º grau da rede estadual de ensino, tendo em vista, primordialmente, o que estabelece a Constituição da República em seu artigo 4º, parágrafo único. “Lei estadual 2.447/1995, que torna “obrigatório a inclusão no Currículo Escolar das Escolas Públicas do Estado do Rio de Janeiro o ensino da língua estrangeira moderna, idioma espanhol” (artigo 1º) .

Rio Grande do Sul. A Assembleia Legislativa aprovou a PEC 270/2018 que obriga a oferta de espanhol no ensino médio.

Rondônia. A Assembleia Legislativa aprovou a Lei nº 4.394/2018 que obriga a oferta de espanhol no ensino médio.

São Paulo. Na Assembleia Legislativa do Estado as discussões foram favoráveis à manutenção e fortalecimento dos Centros de Estudos de Línguas (CEL) como política institucional do estado, com a oferta de várias línguas estrangeiras, incluindo o espanhol. A Assembleia Legislativa discute o Projeto de Lei nº 446/2018 que obriga a oferta de espanhol no ensino Médio.

5 | CONCLUSÃO

É importante ter um olhar crítico e sensível para que não ocorrer uma desconstrução de um trabalho de 23 anos, com resultados positivos que demandou décadas de estudos, investimento financeiro, pedagógico e que se encontra consolidado a nível Estadual e Nacional.

Para concluir, é imprescindível que a Secretaria de Estado e Educação, que tem como Identidade Organizacional a finalidade de propor e executar públicas voltadas para a Educação Básica, assegurando ao estudante o desenvolvimento de capacidades e a construção de conhecimentos para formação de valores

humanos na conquista da cidadania, visando a inserção crítica e proativa do cidadão na sociedade, considere alguns pontos importantes referente ao ensino e os profissionais da língua espanhola.

REFERÊNCIAS

Legislação Informatizada - LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017 - Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html> >Acesso em: 19 de abril. 2019.

Enem 2016 – Inglês ou Espanhol? Disponível em: <<https://blog.enem.com.br/enem-2016-ingles-ou-espanhol>> Acesso em 20 abril. 2019

LEI FEDERAL Nº 11.161, DE 5 DE AGOSTO DE 2005. * Língua Espanhola: Disponível em:<http://normaseducacionaisrj.blogspot.com/2011/05/lei-federal-n-11161-de-5-de-agosto-de.html> Acesso em 20 abril. 2019

Dispõe sobre oferta da disciplina de Língua Espanhola na grade curricular da Rede Estadual de Ensino. Disponível em: < Diário Oficial 05-09-2018 1ª Parte.indd >. Acesso em 21 de abril. 2019

Manutenção do idioma espanhol nas escolas é defendida em audiência. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/manutencao-do-idioma-espanhol-nas-escolas-e-defendida-em-audiencia-publica>>. Acesso em 21 de abril. 2019

Lei determina a inclusão da língua espanhola nas escolas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/lei-determina-inclusao-da-lingua-espanhola-nas-escolas-da-rede-estadual-de-ensino-da-paraiba-245989.htm>> Acesso em 20 de março. 2019

Espanhol língua espanhola ensino fundamental médio escola pública disciplina matéria matrícula facultativa artigo 209 idioma ensino educação. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao.aspx?SiglaTipo=PEC&NroProposicao=270&AnoProposicao=2018&Origem=Dx>> Acesso em 20 de março. 2019

20/12/2018 - Aprovação da Pec 270, Na Assembleia Legislativa do Estado, que torna obrigatória a Língua Espanhola nas Escolas Públicas de Ensino Fundamental e Médio. Disponível em: <<https://ila.furg.br/ultimas-noticias/568-aprovacao-da-pec-270-na-assembleia-legislativa-do-estado-que-torna-obrigatoria-a-lingua-espanhola-nas-escolas-publicas-de-ensino-fundamental-e-medio>> Acesso em 21 de abril. 2019

Língua Espanhola será obrigatória no Ensino Médio a partir de 2019 em Rondônia. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/institucional/noticias/lingua-espanhola-sera-obrigatoria-no-ensino-medio-a-partir-de-2019-em-rondonia>. Acesso em 22 de abril. 2019

PROJETO DE LEI Nº 446, DE 2018: Torna obrigatória o ensino da disciplina de Língua Espanhola no currículo do ensino médio da rede estadual de ensino, ao lado da Língua Inglesa. Disponível em: <<http://www.apeesp.com.br/conheca-o-projeto-de-lei-que-instala-obrigatoriedade-da-oferta-da-lingua-espanhola-na-rede-estadual-de-sp/>> Acesso em 22 de abril. 2019

Língua castelhana. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_castelhana> Acesso em 20 de marc. 2019

Desenvolvimento e Inovação. Disponível em: <<http://www.sed.go.gov.br/comercio-externor/balanca-comercial.html>> Acesso em 21 de abri. 2019

Exportar é preciso. Disponível em: <<https://www.sistemafieg.org.br/noticia-exportar-e-preciso>> Acesso em 21 de abri. 2019

El multilingüismo, seña de identidad de la Unión Europea. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_10-11/otero_ferrari/p03.htm. Acesso em 21 de abril. 2019

Estudo da demanda Turística Internacional - Fichas Sínteses 2014-2018. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br>> Acesso em 21 de abri. 2019

ORTIZ-PREUSS, E. ÁLVARES, M. R. **Bilinguismo e políticas linguísticas no Brasil:** da ilusão monolíngue à realidade plurilíngue. Acta Scientiarum. Languageand Culture, Maringá, v.36, n. 4, p. 403-414, 2014. Disponível em:http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/23169/pdf_46>Acesso em: 22 de abri. 2019.

A Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica na Perspectiva da Implementação Da BNCC– Considerações Sobre Elementos Mínimos Para Garantia Da Formação Continuada em Serviço. Pg.99 Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/12ldfeadygzglyA2FnyYB0tpHZiYSJw9p/view>> Acesso em 22 abri. 2019

O Currículo da Educação Infantil. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1IM5IZ3RJUVnVjMGt7DVvOcoJm4RHAuWn/view>> Acesso em 23 de abri 2019

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acervo Maria Franca Pires 167, 172, 175

Alfabetização 3, 16, 21, 33, 34, 35, 43, 44, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 217

Alfabetização científica 33, 34, 35, 44

Aprendizagem 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 28, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 59, 69, 73, 76, 78, 79, 80, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 103, 104, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 124, 128, 129, 130, 150, 151, 157, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 212, 215

Avaliação 4, 6, 7, 8, 11, 15, 72, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 93, 95, 97, 129, 131, 157, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 202

B

BNCC 55, 59, 61, 64

Brincadeiras 16, 18, 19, 20, 21, 26, 28, 31, 132, 133, 136, 137, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 148, 208

C

Criança 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 41, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 202, 205, 206

Cultura digital 103, 109, 159, 164, 165

D

Didática 18, 33, 41, 43, 44, 53, 115, 117, 129, 156, 157, 176, 198, 199, 212, 213

Discurso de elevador 88, 91, 92, 95

Docência 1, 7, 8, 110, 111, 125, 184, 210, 212, 217

E

Educação 2, 3, 6, 8, 9, 12, 14, 16, 17, 18, 22, 23, 31, 32, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 87, 88, 89, 90, 91, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 109, 110, 111, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 138, 143, 144, 145, 146, 150, 152, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 175, 177, 179, 180, 181, 186, 189, 190, 197, 198, 199, 200, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 215, 216, 217

Educação infantil 16, 17, 18, 23, 31, 32, 44, 53, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 81

Educação popular 210, 211, 215

Educação superior 118, 121, 130, 181, 189, 190, 198, 211, 216

Ensino 1, 2, 3, 6, 8, 9, 12, 16, 17, 20, 31, 32, 33, 34, 35, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 77, 79, 80, 81, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 108, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 132, 134, 139, 144, 145, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 163, 164, 165, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 183, 184, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 217

Ensino de espanhol 55, 61, 62

Ensino híbrido 45, 48, 49, 50, 51, 53, 54

Ensino investigativo 33, 34, 35

Ensino médio 9, 53, 55, 56, 59, 61, 62, 63, 91, 101, 114, 116, 118, 121, 123, 124, 125, 127, 130, 144, 145, 152, 158, 209, 213, 214

Escola 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 32, 40, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 63, 65, 66, 67, 70, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 96, 103, 110, 111, 114, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 137, 141, 144, 145, 147, 149, 152, 153, 157, 160, 163, 164, 166, 174, 187, 203, 207

Estágio 23, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 99, 108, 118, 124

Estudo de caso 16, 177, 180, 209

Exclusão digital 98

Experiência 1, 2, 7, 8, 12, 14, 16, 19, 21, 22, 23, 33, 65, 67, 71, 88, 91, 94, 98, 111, 116, 130, 132, 135, 136, 138, 143, 155, 183, 184, 196, 208, 210, 211, 212, 214, 217

Extensão 14, 19, 24, 118, 121, 125, 127, 130, 137, 197, 210, 211, 215

F

Família 28, 68, 124, 144, 146, 149

Formação continuada 32, 50, 55, 60, 61, 64, 86, 104, 162, 165, 187, 188, 209

Formação de professores 8, 45, 46, 53, 54, 87, 175, 206, 208, 217

G

Gestão 79, 87, 96, 115, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 171, 177, 210, 212, 215

H

História 1, 2, 3, 10, 21, 23, 28, 32, 57, 69, 70, 71, 80, 87, 94, 100, 114, 128, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 177, 185, 195, 196

História em quadrinhos 1, 2, 3

I

Identidade 3, 18, 62, 90, 144, 145, 146, 162, 164

Inclusão social 98

Infância 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 31, 32, 65, 68, 74, 75, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 146

Interdisciplinaridade 33, 43, 44, 82

Interpretação 1, 68, 180

J

Jogos lúdicos 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14

L

Linguagem 1, 2, 5, 6, 34, 35, 46, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 82, 103, 116, 137, 138, 145, 158, 173, 193

Lúdico 7, 13, 15, 16, 33, 44, 141, 201, 205, 206, 207, 208

M

Manacapuru 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 108

Matemática 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 53, 54, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 141, 145, 150, 153, 154, 173, 209, 217

Mercado de informática 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107

Metodologias ativas 88, 90, 94, 97

O

OBMEP 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 111, 114, 116

P

Pibid 1, 5, 7, 8, 9, 11, 14, 110, 111, 115, 116, 125, 217

Prática 1, 4, 7, 8, 9, 12, 20, 41, 45, 47, 48, 49, 50, 53, 55, 65, 66, 67, 79, 81, 87, 93, 96, 97, 100, 110, 111, 112, 115, 116, 118, 121, 124, 129, 130, 132, 143, 153, 159, 160, 168, 169, 171, 172, 173, 175, 176, 179, 185, 188, 192, 193, 194, 201, 202, 205, 208

Pré-escola 65, 66, 67, 70, 87

Processos avaliativos 167, 172, 175

R

Recordações 144, 146

Registros 16, 18, 33, 37, 38, 67, 78, 144, 145, 146, 148, 174, 175

Revista nova escola 76, 80, 86, 87, 149

S

Scratch 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158

Sociabilidade 132

Sociedade da informação 177, 180

Software educativo 150

T

Tecnologia 45, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 88, 91, 98, 99, 101, 104, 107, 108, 110, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 150, 151, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 177, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 195, 198, 209, 217

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**

Brasil 4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**

Brasil 4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020